

Aprender a viver em conjunto, uma utopia necessária: A importância da educação para a Cidadania na Escola num mundo globalizado

Learning to live together, a necessary utopia:  
The importance of education for Citizenship  
in School in a globalized world

Isabel Baltazar

**Isabel Baltazar**

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20),

Instituto de História Contemporânea (IHC) da NOVA/FCSH

ORCID: 0000-0002-2464-8886

[https://doi.org/10.14195/1647-8622\\_21\\_4](https://doi.org/10.14195/1647-8622_21_4)

APRENDER A VIVER EM  
CONJUNTO, UMA UTOPIA  
NECESSÁRIA: A IMPORTÂN-  
CIA DA EDUCAÇÃO PARA A  
CIDADANIA NA ESCOLA  
NUM MUNDO  
GLOBALIZADO

No âmbito da recente Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, é proposta uma nova componente curricular nos ensinamentos básico e secundário: Cidadania e Desenvolvimento, onde se inclui a dimensão europeia da Educação. A dimensão europeia da educação visa formar jovens conscientes da sua pertença à União, intervindo direta e ativamente no projeto de construção europeia. Com esta Cidadania Europeia, pretende-se desenvolver uma identidade europeia assente num conjunto de valores e no sentimento de pertença em relação à Europa e ao mundo. Como aprender a viver em conjunto, respeitando o outro, o diferente, quer o vizinho do lado, o europeu, quer os outros povos, culturas e religiões, numa democracia em que o respeito pelos direitos humanos seja o princípio para uma cidadania ativa, é a questão de partida deste estudo. Este processo de aprender a viver em conjunto inclui a compreensão da Europa, da sua história e do seu futuro, o desenvolvimento dos Direitos Humanos e o aprofundamento da Democracia, constituindo, por um lado, uma oportunidade dos povos europeus partilharem e beneficiarem de uma herança diversa e rica, e, por outro, de servirem de exemplo de cultura e civilização para o mundo. Esta dimensão europeia da educação é uma oportunidade e um desafio.

**Palavras-chave:** Educação; Cidadania; Valores; Europa; Globalização.

LEARNING TO LIVE  
TOGETHER, A NECESSARY  
UTOPIA: THE IMPORTANCE  
FOR THE SCHOOL OF THE  
EDUCATION FOR  
CITIZENSHIP IN A  
GLOBALIZED WORLD

Within the scope of the recent National Strategy for Education for Citizenship, a new curricular component in basic and secondary education is proposed: Citizenship and Development, which includes the European dimension of Education. The European dimension of education aims to train the youth's awareness of their belonging to the Union, directly and actively intervening in the project of European construction. European Citizenship thus aims to develop a European identity based on a set of values and a sense of belonging to Europe and the world. The starting point of this study is to address a set of questions such as how to learn to live together, respecting the other, the different, whether the European next-door neighbour, or other peoples, cultures and religions, in a democracy in which respect for human rights is the principle for active citizenship. This process of learning to live together includes an understanding of Europe, its history and its future, the development of Human Rights and the deepening of Democracy, constituting, on the one hand, an opportunity for Europeans to share and benefit from a diverse and rich heritage, and on the other hand, to serve as an example of culture and civilization to the world. This European dimension of education is both an opportunity and a challenge.

**Keywords:** Education; Citizenship; Values; Europe; Globalization.

APPRENDRE À VIVRE  
ENSEMBLE, UNE UTOPIE  
NÉCESSAIRE:  
L'IMPORTANCE DE  
L'ÉDUCATION CITOYENNE  
À L'ÉCOLE DANS UN  
MONDE GLOBALISÉ

Dans le cadre de la récente Stratégie nationale pour l'éducation citoyenne, une nouvelle composante curriculaire dans l'enseignement primaire et secondaire est proposée: Citoyenneté et développement, ce qui comprend la dimension européenne de l'éducation. La dimension européenne de l'éducation vise à former des jeunes conscients de leur appartenance à l'Union, intervenant directement et activement dans le projet de la construction européenne. Avec cette citoyenneté européenne, l'objectif est de développer une identité européenne fondée sur un ensemble de valeurs et un sentiment d'appartenance à l'Europe et au monde. Comment apprendre à vivre ensemble, dans le respect de l'autre, de la différence, qu'il s'agisse du voisin d'à côté, de l'europeen ou d'autres peuples, cultures et religions, dans une démocratie où le respect des droits de l'homme est le principe d'une citoyenneté active, questions qui constituent le départ de cette étude. Ce processus d'apprentissage du vivre ensemble comprend la compréhension de l'Europe, de son histoire et de son avenir, le développement des droits de l'homme et l'approfondissement de la démocratie, tout en offrant, d'une part, l'occasion aux peuples européens de partager et de bénéficier d'un patrimoine riche et diversifié et, d'autre part, servant d'exemple de culture et de civilisation au monde. Cette dimension européenne de l'éducation est à la fois une chance et un défi.

**Mots clés:** Éducation; Citoyenneté; Valeurs; Europe; Mondialisation.

Aprender a viver em conjunto, uma utopia necessária. A importância da educação para a Cidadania na Escola num mundo globalizado

A Educação para a Cidadania é o grande desafio no Currículo Escolar do Século XXI, tendo surgido em vários momentos experienciais no século XX, sendo de referir o Relatório da Unesco para a Educação no Século XX, preparado nos anos 90, e, um marco para fomentar a aprendizagem pessoal e social pela Educação, esse “Tesouro a Descobrir”, na expressão de Jacques Delors<sup>1</sup>. Este Tesouro está na Educação e foi implementado com a recente introdução da Cidadania nas Escolas, pelo Decreto-Lei n.º 55 de 6 de julho de 2018, um desafio e uma oportunidade. De acordo com o documento “Educação para a Cidadania- linhas orientadoras” da Direção-Geral da Educação, “A cidadania traduz-se numa atitude e num comportamento, num modo de estar em sociedade que tem como referência os direitos humanos, nomeadamente os valores da igualdade, da democracia e da justiça social.”<sup>2</sup>. No quadro desta Cidadania, inclui-se a dimensão europeia da educação, complementar da Cidadania Nacional e que se enquadra numa realidade de facto que influencia a primeira. Esta última, fortalece uma Cidadania Europeia que responda aos desafios de um mundo globalizado.

## 1. A Educação nos dias de hoje

Falar em educação para a Cidadania, é falar de uma educação para valores. De facto, este é um tema que tem sido muito questionado, sobretudo porque se sente uma crise de valores. O que poderá significar que estamos numa crise de valores? Esta crise é transversal à Sociedade, parte das Famílias e é sentida com muita intensidade na Escola. A Sociedade é um reflexo das crises da Família e a Escola é o lugar onde se têm feito abordagens de Educação para os Valores nos Alunos, através de disciplinas curriculares como Cidadania, Formação Pessoal e Social, ou, mesmo transversalmente no ensino formal e não formal, na tentativa de tornar mais suportável a indisciplina sentida, a falta de respeito e de solidariedade, num mundo materialista e egocêntrico<sup>3</sup>, em que tudo vale, para conseguir passar e cumprir metas curriculares e um sucesso educativo pautado por notas, por um sucesso meramente quantitativo e estatístico. Para onde caminhamos num sistema assim? Enrique Rojas, catedrático de Madrid, responde-nos: “O homem light carece de pontos de referência, vive num grande vazio moral e não é feliz, ainda que tenha materialmente quase tudo. Isto é o grave”<sup>4</sup>. E mais grave ainda porque a Escola é um espelho desta sociedade. Não é de estranhar, portanto, que a desordem e o caos social, passem para a Escola e se reflita na indisciplina. Como refere, Maria do Céu Ribeiro, “a problemática da indisciplina e da violência na Escola tornou-se, nos nossos dias, num tema comum de conversas, alimentado pela grande visibilidade que os meios de comunicação lhe têm

---

<sup>1</sup> DELORS, Jacques (Org.) – *Educação, um Tesouro a Descobrir. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI*. Lisboa: Edições ASA, 1996.

<sup>2</sup> Direção-Geral da Educação – “Educação para a Cidadania- linhas orientadoras”, 2013, p. 1.

<sup>3</sup> Cfr. ROJAS, Enrique – *O Homem light. Uma vida sem valores*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, s.d.

<sup>4</sup> *Idem, ibidem*, p. 5.

vindo a conferir”.<sup>5</sup> Contudo, longe deste ruído, a indisciplina e a violência na escola, são um facto e, por isso, como todos os grandes problemas, é preciso identificar as causas desta realidade, por um lado, tendo como foco a própria sociedade “indisciplinada” e, agir sobre as raízes deste problema, investindo numa Educação para a Cidadania que é, também, uma Educação para Valores.

O conceito de valor ligado à educação tem sido tratado por diversos autores em diferentes abordagens e com diferentes intencionalidades. Entre inúmeros artigos e obras sobre o tema, destaco a tese de Lourenço Xavier de Carvalho, “A Urgência de Educar para Valores. Um contributo para a Literacia Social”<sup>6</sup>. Esta tese defende que a Educação para os Valores é uma Aprendizagem Social e, portanto, transversal da Sociedade para a Escola. Desde a posição, assumida por alguns autores, como James Rath<sup>7</sup>, de que não é possível educar para os valores na escola e que essa função compete unicamente à família, devendo o professor manter uma posição de absoluta neutralidade face aos valores transmitidos por aquela, perspectiva de autores como James Rath e seus discípulos, que, defendem o modelo da “clarificação dos valores”, até à posição oposta de que nenhuma educação, seja formal ou informal, pode ser realizada de forma asséptica em relação à transmissão de valores e, por isso mesmo, o professor, apenas pelo seu posicionamento e pelas escolhas que faz a nível das metodologias e formas de lecionação dos programas das disciplinas já está a educar para valores, encontramos as mais variadas posições sobre esta questão. Na perspectiva de Rath e seus discípulos, a clarificação de valores constitui a via preferencial para abordar, na escola, a questão da educação para os valores.

Por outro lado, Paulo Cardoso do Amaral, num capítulo da obra referida “A Urgência de Educar para Valores”, adotada como literatura da DGE para a implementação da Educação para a Cidadania na Escola, defende que, “A educação dos jovens é muito mais do que simples formação. É preciso prepará-los para desafios futuros... muito depois da sua saída para o mercado de trabalho. Importa, portanto, educar para o futuro”<sup>8</sup>.

Na atualidade, com a pressão das mensagens contraditórias que nos chegam, muitas pessoas se debatem na confusão, apatia, ou inconsistência, sem conseguirem clarificar os seus próprios valores, pelo que devem ser encorajadas a refletirem de forma mais deliberada nos seus valores e nos da sociedade como um todo. Neste processo o educador encoraja a criança, o jovem ou o adulto, a clarificar aquilo que valoriza, e não tenta persuadi-lo a aceitar um conjunto preestabelecido de valores. Mas o que é um valor? Nicolai Hartmann e Max Scheler definem valor como aquilo pelo qual as coisas têm o

---

<sup>5</sup> RIBEIRO, Maria do Céu – *Ver e Viver a Indisciplina na sala de aula*. Bragança. Instituto Politécnico de Bragança, 2010.

<sup>6</sup> CARVALHO, Lourenço Xavier de – “A Urgência de Educar para Valores. Um contributo para a Literacia Social”. Lisboa: Direção-Geral de Educação, 2018.

<sup>7</sup> De Merlin C. Wittrock, Richard E. Mayer, Peter W. Airasian, James Rath, Lorin W. Anderson, David R. Krathwohl, Kathleen A. Cruikshank e Paul R. Pintrich – *A Taxonomy For Learning, Teaching, And Assessing: Pearson New International Edition. A Revision Of Bloom’S Taxonomy Of Educational Objectives*. Abridged Edition, US: Pearson Education Limited, 2013.

<sup>8</sup> AMARAL, Paulo Cardoso do – “A Gestão do Conhecimento e a centralidade dos valores para a educação”, in “A Urgência de Educar para Valores”, *op. cit.*, p. 101.

carácter de bens, quer dizer pelo qual elas são valiosas<sup>9</sup>. Já para Quintana Cabanas<sup>10</sup> um valor é a qualidade abstrata e secundária de um objeto, estado ou situação que, ao satisfazer uma necessidade de um sujeito, suscita nele interesse ou aversão por essa qualidade. O valor radica no objeto, mas sem o interesse de um sujeito, o objeto deixaria de ter valor.

Podemos concluir que existem várias leituras sobre o que são, e, como se educam os valores, mas todas elas conduzem à percepção de que existem valores materiais e valores espirituais ou humanos. Que os valores materiais são bens necessários para viver, mas o materialismo desgasta a vida porque a esvazia do essencial, depois de asseguradas as necessidades fundamentais. Posso viver com um carro menos caro, porque o preço não é um valor que acrescente interioridade ao ser humano, e só essa vida interior, que só os valores humanos ou espirituais podem dar conduz à felicidade. É por isso, que esvaziados por dentro, nos encontramos numa sociedade cheia de bens desnecessários e supérfluos, criando a ilusão de que somos felizes comprando, como se vê nas paredes de grandes superfícies: “A sua família merece ser feliz”, ou nos anúncios publicitários, criando falsas necessidades, de marcas de bens de consumo caras, quando os mesmos bens mais simples, servem para a mesma necessidade, como o caso de telemóveis, ou afins.

É preciso educar para saber discernir o essencial do secundário, os bens materiais, dos bens que não têm preço por serem importantes de mais, como o Amor, a Amizade, a Solidariedade, o Respeito, entre tantos outros que a Escola do Futuro precisa de educar. É, por isso, urgente a Educação para a Cidadania na Escola, para formar o pensamento e o prazer de pensar sobre questões essenciais da vida e o saber agir com discernimento.

É esta a questão fundamental da educação: como dar Vida à vida, como recuperar o sentido essencial da existência, como viver na verdade, para além das aparências, como fugir de uma sociedade descartável em que tudo é provisório e se deita fora, nas coisas e nas relações, nas famílias e na escola, numa sociedade doente e que a crise é de morte, e não de vida, uma sociedade em que muitos não assumem compromissos, porque é tudo passageiro, e ninguém quer Ser Pessoa, porque vive na aparência do Ter. Como é que se transmitem os valores às gerações mais jovens ou, alterando a perspetiva de abordagem, como é que se faz a captação de valores. Este não é certamente um conceito simples, que se possa definir linearmente sem o recurso a visões pluridisciplinares do tema. Aliás, nenhum dos temas relacionados com a educação pode ter esse desenvolvimento linear já que o processo educativo é um dos mais complexos que existem.

Marciano Vidal, na sua extensa obra, muito tem contribuído para o aprofundamento das questões da ética e da moral. Na obra *Pedagogia Axiológica*<sup>11</sup>, orientando a reflexão sobre os problemas morais relativos ao mundo e à pessoa humana. Por seu lado, Jose Maria Quintana Cabanas identifica quatro formas de captar valores: realçamos a via da conaturalidade, na qual o sujeito partilha ambientes onde determinados valores são apreciados, a via do exemplo, em que o sujeito observa e interioriza referências para a sua ação, a via

---

<sup>9</sup> KELLY, Eugene – *Material Ethics Of Value: Max Scheler And Nicolai Hartmann*. Netherlands: Springer Editor, 2011.

<sup>10</sup> CABANAS, José Maria Quintana – *Pedagogia Axiologica*. Madrid: DYKINSON, 1998.

<sup>11</sup> VIDAL, Marciano – *Orientaciones Eticas Para Tiempos Inciertos*. Bilbao: Desclee DE Brouwer, 2007.

da recusa, como reação contravalores que lhe causam desprezo ou incómodo, e a via da razão e cognição, mediante processos lógicos e discursivos<sup>12</sup>.

Poderá a escola educar para os valores, ou, haverá escola que não eduque para valores? A ação da escola a esse nível não poderá colidir com a da família? De facto, no artigo “A cooperação entre a escola e a família – uma exigência da modernidade” de Cassiano Reimão<sup>13</sup>, publicado numa coletânea de textos de Pedro d’Orey da Cunha, dois anos após a morte deste insigne ensaísta, sob o nome de “Educação em Debate”, podemos ler o papel da família na educação para valores:

“A família constitui, na verdade, o ambiente em que cada indivíduo adquire o seu primeiro despertar como pessoa, sendo a principal garantia que o ser humano tem de vencer a solidão e de se abrir à comunidade e à solidariedade bem como a forma mais comum de articulação do indivíduo com a sociedade. É na família que se desenvolve o processo fundamental da transmissão de costumes, de tradições e de valores entre gerações; (...) A família é a instituição privilegiada da educação, pois é nela que começa a existência do homem e é nela que reside o meio natural e mais adequado para o indivíduo se promover como pessoa. (...) Na família reside um papel educativo essencial: dela depende a definição do quadro de referência primário para a prática educativa.”<sup>14</sup>.

A Educação para Valores precisa de uma estreita relação entre Família e Escola. Se é certo que a educação é tarefa fundamental dos Pais, e, a Escola deveria complementar essa educação escolhida e assumida pela família, desde logo pela escolha da Escola e conhecimento do seu projeto educativo, a realidade é bem diferente e os papéis parecem invertidos.

## 2. Conhece-te a ti mesmo!

Partilhamos algumas das descobertas mais recentes a nível do funcionamento de cérebro humano como centro educativo por excelência. Numa obra intitulada *Uma visita politicamente incorreta ao cérebro humano*, de Alexandre Castro Caldas<sup>15</sup>, professor catedrático de Neurologia, que trabalhou com António Damásio em investigação científica, encontramos alguns aspetos extremamente interessantes. Ao trabalhar o capítulo sobre a forma como acreditamos nas coisas, o autor afirma o seguinte:

“Desde há muito se compreendeu que a repetição de uma ocorrência cria a sua familiaridade. São conhecidos os processos biológicos do cérebro relacionados com os fenómenos repetitivos. Quando estes acontecem, o cérebro cria formas mais expeditas de lidar com essa informação. Desta forma, quando determinada informação

---

<sup>12</sup> CABANAS, José Maria Quintana – *Bases Para Uma Pedagogia Humanista*. Madrid PPU, 2006.

<sup>13</sup> REIMÃO, Cassiano – “A cooperação entre a escola e a família – uma exigência da modernidade”, in Pedro d’Orey da Cunha, *Educação em Debate*. Universidade Católica Editora: Lisboa, 1997.

<sup>14</sup> *Idem, ibidem*, p. 47.

<sup>15</sup> CALDAS, Alexandre Castro – *Uma visita politicamente incorreta ao cérebro humano*, Guerra e Paz Editores, S.A., Lisboa, 2013.

chega ao cérebro repetidas vezes, o cérebro passa a processá-la de maneira diferente. Inicialmente, nas primeiras vezes, processa-a como ato exploratório; ao haver repetição, o processo organiza-se em forma de regra e o cérebro atua com reconhecimento precoce e aceitação, sem verificação, porque condiz com a experiência prévia. (...) A frequência dos fenómenos gera, assim, as nossas crenças...”<sup>16</sup>.

É preciso pensar as vias da conaturalidade e do exemplo para captar valores. De facto, nenhum aluno chega tábua rasa à escola e toda a educação para os valores realizada na escola tem que ter em conta essa realidade. Como pode a escola educar para os valores tendo em conta a multiplicidade de “realidades” que cada aluno e cada professor transportam consigo? Neste ponto voltamos a Castro Caldas, que no capítulo “Conhece-te a ti mesmo” da obra já citada, refere:

“A verdade é que continuamos a nascer sem manual de instruções. Por essa razão vamos construindo o corpo e a mente à custa de um impulso genético inicial, à custa de alguns instintos que fazem parte do programa que trazemos de origem e à custa do que nos vem de fora. O que nos vem de fora está carregado da nossa história cultural quer estejamos a falar de nutrientes quer estejamos a falar de informação.”<sup>17</sup>

Assim, sendo a formação da identidade de cada pessoa um complexo processo de inter-relações, como refere ainda Castro Caldas “A nossa identidade tem a ver com o corpo, com a mente, com a relação com os outros e com tudo aquilo que, por ora, nos transcende.”<sup>18</sup>. É um dado adquirido que “Precisamos dos outros para neles recolher a reação a nós próprios...”<sup>19</sup>. No capítulo do livro sobre a questão da identidade Castro Caldas escreve também:

“O cérebro vive e cresce impulsionado por três vetores fundamentais: as instruções genéticas, os nutrientes biológicos (...) e pela informação recolhida na relação com o meio ambiente. É assim ao longo de toda a vida. (...) O cérebro rege-se por princípios de economia e de interesse com o objetivo sempre da sobrevivência. Desta forma guardará as memórias consideradas convenientes. Guardar memórias significa modificar biologicamente redes de neurónios. Cada memória nova é confrontada com a experiência prévia e não só a nova memória se ajusta à experiência prévia como a experiência prévia se ajusta à nova memória. Desta forma, vamos construindo um trajeto de conexões sucessivas dos nossos acontecimentos da vida, arquivados numa memória que se designa por memória autobiográfica. Somos hoje essa memória autobiográfica que nos permite estabelecer ligações relacionais com os outros. (...) Podemos então considerar que somos diferentes em cada período de tempo que passa, que mantemos a continuidade da consciência própria na memória que designamos por autobiográfica. Ora, a verdade é que o nosso organismo possui diferentes formas de guardar informação que podem todas ser consideradas diferentes formas de memória.

---

<sup>16</sup> *Idem, ibidem*, p. 17-18.

<sup>17</sup> *Idem, ibidem*, p. 34.

<sup>18</sup> *Idem, ibidem*, p. 38.

<sup>19</sup> *Idem, ibidem*, p. 53.

Esta, autobiográfica, é a última a ser reconhecida na infância. A primeira é sem dúvida a que está inscrita no código genético e que faz com que o corpo todo se forme e que nasça com os impulsos básicos de sobrevivência relacionados com respiração, alimentação e todas essas funções básicas. Não devemos pôr de parte a memória imunológica, que estimulamos quando administramos as primeiras vacinas nos bebês. Podemos mencionar depois a memória de procedimentos que resulta sobretudo do treino motor que primeiro nos ensina a controlar os movimentos do corpo até à marcha e que mais tarde nos permite andar de bicicleta. Este é talvez o tipo de memória mais duradouro, pois nunca esquecemos como se anda de bicicleta. (...)

Para finalizar, basta mencionar uma só, mais, que se relaciona com o conhecimento do mundo que está à nossa volta e que nos permite conhecer os elementos que o constituem e que designamos por memória semântica. Permite-nos conhecer os objetos e os seus atributos (nome, forma, cor, peso, textura, forma de utilização, etc.), sendo possível perder conhecimento isolado de atributos, como, por exemplo, a forma de utilização dos objetos ou seu nome. A nossa mente é, por isso, sustentada nas memórias que guardamos ao longo da vida e às quais recorremos constantemente para melhor nos adaptarmos ao mundo. (...) Mas embora tudo isso esteja no nosso cérebro, só as memórias relacionadas connosco próprios, ou seja, a memória autobiográfica, é que constitui a base da nossa identidade.”<sup>20</sup>.

Sintetizando este périplo pelo funcionamento do nosso cérebro e pela aquisição das diferentes memórias que guardamos desde a infância e que marcam a nossa identidade, podemos concluir, na senda do autor que temos vindo a acompanhar com curiosidade, que “Temos a capacidade de ir transformando as nossas memórias, de acordo com as nossas experiências ao longo da vida.”<sup>21</sup>

Assim sendo, é possível educar para os valores na escola, não tanto pelos conteúdos teóricos que sobre os diferentes assuntos possamos desenvolver, mas mais pela relação interpessoal que se estabelece entre o educando e o educador e pelo que dessa aprendizagem marcada pela afetividade (seja ela positiva ou negativa) fica na memória autobiográfica de cada um.

A propósito deste especto refira-se a interessante experiência relatada num outro capítulo da obra de Castro Caldas já citada, “Quem sou eu, quem fui eu”. Nesse capítulo, ao falar ainda das questões relacionadas com a construção da identidade afirma:

“Todo este processo de relacionamento interpessoal através da análise da expressão facial começa logo nos primeiros tempos de vida. Imagine que tem o seu filho de 6 meses ao colo. Fixe-o no olhar e depois rode a cabeça para a direita como se olhasse para qualquer objeto desse lado. A criança terá tendência a seguir o seu olhar. Agora filme esse mesmo movimento e ponha a criança a fixar o seu olhar, mas agora no ecrã da televisão. Ao virar a sua cabeça, o bebé não segue o seu olhar. O que será que a imagem de televisão não transmite?”<sup>22</sup>

---

<sup>20</sup> *Idem, ibidem*, p. 64-67.

<sup>21</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>22</sup> *Idem, ibidem*.

Poderíamos responder que não transmite o interesse verdadeiro, a preocupação com a pessoa, a relação direta e única que se estabelece através do olhar, ou seja, e passamos para a segunda conclusão prévia, a educação dos valores, como qualquer outra educação, supõe a relação direta entre o educando e o educador num processo feito de verdadeira comunicação interpessoal, de verdadeiro interesse pelo outro, de presença efetiva e afetiva, feita mais de relação e exemplo do que de informação acumulada. A via da razão e cognição são a fonte de captar valores mediante processos lógicos e discursivos. Esta permite-nos validar a escola como transmissora de valores através de um processo educativo que, sendo complementar à família, desenvolve os processos racionais do conhecimento e, através desse conhecimento, entendido como informação apreendida por cada um e integrada na sua vida, adere de forma racional aos valores transmitidos.

### 3. A Urgência de Educar para Valores e Cidadania

A educação para os valores é uma urgência? Toda a educação é uma urgência. A educação é resposta obrigatória e única à crise geral e global (não só económica) em que nos encontramos como habitantes do planeta Terra. Mas de que educação falamos?

Nunca como hoje o ser humano soube tanto sobre os factos do mundo, nunca se considerou tão “sábio” (em todos os tempos, não serão raros os sábios?) e poderoso e, paradoxalmente, nunca se terá sentido tão inseguro e temeroso quanto ao futuro e aos perigos que o rodeiam. Vivemos numa época de progressos científicos e tecnológicos, mas deparamo-nos com uma sociedade materialista, hedonista e consumista. Somos naturalmente seres gregários, porém, a grande densidade populacional em espaços urbanos gera indiferença, desumanização. Neste contexto, os valores do passado já não são reconhecidos e o presente encontra-se mergulhado no que Lipovetski caracterizou como “era do vazio”. A sociedade moderna era conquistadora, crente no futuro, na ciência e na técnica, hoje, os grandes eixos modernos desmoronaram-se e “já nenhuma ideologia política é capaz de inflamar as multidões, a sociedade pós-moderna já não tem ídolos nem tabus, já não possui qualquer imagem gloriosa de si própria ou projeto histórico mobilizador; doravante é o vazio que nos governa, um vazio sem trágico nem apocalipse”<sup>23</sup>

A cultura dos finais do séc. XX mostrou-nos um humano “frágil, precário, alheio aos valores, ao que verdadeiramente tem valor, inconsistente, débil nas suas coordenadas”.<sup>24</sup>. Este *homem light* não crê em quase nada e vive afastado dos valores transcendentais, foi-se tornando cada vez mais vulnerável e por isso foi caindo numa certa incapacidade de defesa, sendo fácil manipulá-lo. Efetivamente, nunca nas últimas décadas o sentimento de incerteza, de crise, e de preocupação atingiu proporções planetárias tão fundas. A consciência de que os consumos supérfluos e o desperdício são insustentáveis para um planeta finito é agora uma evidência a exigir novos comportamentos económicos. Mercados, agentes económicos, empresas e consumidores são convocados à adoção de

---

<sup>23</sup> LIPOVETSKY, G. – *A Era do Vazio*. Lisboa: Relógio d'Água, 1998, p. 11.

<sup>24</sup> ROJAS, Enrique – *O Homem Ligth*. Coimbra, Gráfica de Coimbra, 2003, p. 13.

comportamentos mais responsáveis e “amigos” do ambiente natural cujo direito de fruição por gerações vindouras não pode ser alienado.

Os problemas do nosso mundo são tão grandes que a tarefa da sua resolução é enorme. Há que lutar por um *habitat* seguro e preservado, há que pugnar por valores de liberdade, solidariedade, igualdade de direitos para todos os cidadãos do mundo. Frente à cultura do instante está a solidez de um pensamento humanista; frente à ausência de vínculos, o compromisso com os ideais, “há que conseguir um ser humano que esteja disposto a saber o que é o bem e o que é o mal; que se apoie no progresso humano e científico, mas que não se entregue à cultura da vida fácil, onde qualquer motivação tem como fim o bem-estar, um determinado nível de vida ou um prazer sem limites”.<sup>25</sup>

Difícilmente se vislumbra solução para as magnas questões da nossa moderna *polis* – exclusão, miséria, violência, solidão, criminalidade, guerra, terrorismo, intolerância – sem a refundação de uma ordem sólida de valores e a correlativa regeneração das instituições que, continuamente, a sustentem.<sup>26</sup> Vive-se hoje uma tal situação retratada na expressão “crise dos valores” muito presente nos debates e que afeta a vida individual e coletiva. Como afirma Michel Renaud: «por toda a parte fala-se ou de crise de valores ou de desaparecimento de valores, ou de criação de novos valores, de tal modo que, pelo menos, se pode afirmar que existe hoje um problema quanto aos valores. Isto nem sequer significa que o problema seja novo, que não tenha existido antes, mas a consciência, ainda que vaga, da sua existência surge do mal-estar relativo à compreensão contemporânea dos valores». Por tudo isto, é urgente a Educação para a Cidadania na Escola e uma Cidadania Sustentável no Mundo.

#### 4. Os sete saberes para a Educação do Futuro

Na tentativa de dar resposta a esta questão não posso deixar de revisitar Edgar Morin, esse autor visionário que, em 1996, ao desafio, colocado pela UNESCO de repensar a educação reorientando-a para o desenvolvimento sustentável num mundo caracterizado pela rapidez das transformações, pelo imprevisível e pelas incertezas, respondeu com a obra “Os Sete saberes para a educação do futuro”. Por solicitação da UNESCO, Edgar Morin interrogou-se sobre a educação de hoje. Apresentou os problemas centrais e enunciou sete saberes necessários às gerações que inauguram o século XXI, sete princípios-chave para a construção de um futuro sustentável. Numa síntese pessoal dessa obra, exponho a seguir os aspetos essenciais perspetivados pelo autor.

##### 4.1. Ensinar a conhecer o que é conhecer

É espantoso que a educação permaneça cega sobre o que é o conhecimento humano com os seus erros e ilusões, e não se preocupe em dar a conhecer o que é conhecer. O conhe-

---

<sup>25</sup> LELEUX, Claudine – *Educar para a cidadania*. V.N.Gaia: Gailivro, 2006, p. 11.

<sup>26</sup> RENAUD, Michel – “Os valores num mundo em mutação”. *Brotéria – cultura e informação*. 139, 1994, p. 299.

cimento científico só por si não consegue resolver todos os problemas que se colocam à humanidade.

A educação deve então armar cada espírito para o combate vital pela lucidez.

A racionalidade é o melhor guarda-costas contra o erro e a ilusão. Mas a verdadeira racionalidade reconhece que o desenvolvimento da inteligência é inseparável do da afetividade.

#### 4.2. Ensinar a integrar os conhecimentos num todo compreensível

O conhecimento fragmentado por disciplinas deve dar lugar a um conhecimento capaz de apreender os problemas globais para aí inscrever os problemas parciais. *Complexus* significa o que é tecido em conjunto. A educação deve promover uma “inteligência geral” apta a referir-se ao contexto, de forma multidimensional e numa conceção global.

**A mente humana é um GPS (*General Problems Setting and Solving*).** A educação deve favorecer a aptidão natural da mente para colocar e resolver os problemas essenciais, estimulando o pleno emprego da inteligência geral. Este pleno emprego necessita do livre exercício da curiosidade, faculdade mais viva da adolescência que demasiadas vezes a instrução apaga.

#### 4.3. Ensinar a condição humana

A condição humana deveria ser objeto essencial de todo o ensino. O ser humano é em simultâneo físico, biológico, psíquico, cultural, social, histórico. Esta unidade complexa da natureza humana está completamente desintegrada no ensino, através das disciplinas, tornando-se assim impossível apreender o que significa *ser humano*.

Uma das vocações essenciais da educação do futuro será o exame e o estudo da complexidade humana que levará à tomada de consciência da condição comum a todos os humanos e da muito rica e necessária diversidade dos indivíduos, dos povos, das culturas, sobre o nosso enraizamento como *cidadãos da terra*.

#### 4.4. Ensinar a cidadania terrestre numa sociedade planetária

O planeta encolheu. Fernão de Magalhães necessitou de três anos para dar a volta ao mundo por via marítima; no século XIX, Júlio Verne afirmou demorar 80 dias; no século XX, o jato fazia a volta em 24 horas. Hoje tudo está instantaneamente presente de uma ponta à outra do planeta, pela televisão, telefone, fax, *Internet*... No entanto, estamos submersos pela complexidade do mundo e as infindáveis informações afogam as nossas possibilidades de inteligibilidade.

É fundamental desenvolver a consciência ecológica ensinando/aprendendo a “estar” no planeta Terra, de forma a diminuir os impactos negativos nos ecossistemas e mostrando que todos os humanos, doravante confrontados com os mesmos problemas de vida e de morte, vivem um mesmo destino.

#### 4.5. Ensinar a enfrentar as incertezas

As ciências fizeram-nos adquirir muitas certezas, mas cada vez mais o conhecimento é uma navegação num oceano de incertezas através de arquipélagos de certezas. Nenhuma ação está segura de concretizar a sua intenção. Sabendo que a ação escapa ao ator, a ecologia da ação prevê, em vez da inação, a aposta naquela, assumindo os seus riscos, e definindo a estratégia que permite modificar ou anular a ação empreendida. A renúncia ao melhor dos mundos não é de modo algum a renúncia a um mundo melhor.

O inesperado torna-se possível e o improvável realiza-se. Saibamos, pois, esperar no inesperado e trabalhar para o improvável.

#### 4.6. Ensinar a compreensão

A compreensão é simultaneamente meio e fim da comunicação humana. Ora, a educação para a compreensão tem estado ausente do ensino. A compreensão mútua entre humanos, é, daqui para o futuro, vital para que as relações humanas saiam do seu estado bárbaro de incompreensão. Nenhuma técnica de comunicação, do telefone à *Internet*, traz por si mesma a compreensão. Educar para a compreensão humana implica um processo de empatia, de abertura, simpatia e generosidade. Só este processo pode evitar que se reduza um ser humano à mais pequena parte de si próprio ou ao pior fragmento do seu passado.

É missão da educação ensinar a compreensão entre as pessoas como condição da solidariedade intelectual e moral da humanidade.

#### 4.7. Ensinar a ética do género humano

A ética deve formar-se a partir da consciência de que cada um de nós é simultaneamente indivíduo, parte de uma sociedade, membro de uma espécie e de um planeta único e insubstituível. O ensino deve desenvolver a “antropo-ética” e a eco-ética, entendidas como a regeneração do civismo, da solidariedade e da responsabilidade. Esboçam-se, assim, os dois fins ético-políticos do novo milénio: estabelecer o controlo sociedade/indivíduos por meio da democracia e conceber a humanidade como comunidade planetária.

Que melhor resposta para a urgência da educação para os valores do que este programa apresentado em sete pilares?

O ensino deve contribuir para a realização da cidadania terrena. A sala de aula deve ser o lugar de aprendizagem das regras necessárias ao debate argumentado, da compreensão do pensamento do próximo, de escuta e do respeito.

Terceira conclusão prévia: educar para os valores no mundo atual não só é uma urgência como um imperativo ético.

### 5.A Educação ou a Utopia Necessária

Jacques Delors escreveu um prefácio com este título num Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI, que teria o título *Educação*

*um tesouro a descobrir*<sup>27</sup>, que permanece muito atual e pertinente. A Comissão coordenada pela lucidez e espírito visionário do Senhor Delors, estudou os problemas sociais identificados do século XX para encontrar na *Educação, o Tesouro a Descobrir*. Perante os múltiplos desafios do presente, a solução passa por olhar para os fundamentos da história da humanidade, e, neste nosso caso, para a História da Europa, e encontrar neles as raízes para transformar o presente com esperança no futuro.

Face aos múltiplos desafios do futuro, é na educação que encontramos os alicerces para a construção de uma nova sociedade, formando as novas gerações para os valores da paz, da liberdade e da justiça social. É pela educação que é possível o desenvolvimento do mundo, tanto ao nível das pessoas, dos Estados, como da humanidade no seu conjunto. O Tesouro está na Educação para um Humanismo, face ao constante e vertiginoso crescimento tecnológico e científico. É preciso recuperar os valores essenciais que tornam a pessoa como o centro do desenvolvimento e de um mundo mais próspero e de bem-estar social e individual.

Estes objetivos não se realizam de forma imediatista, como um remédio milagroso, uma vez encontrado o problema (falta de humanismo) e a solução (educação). Nada mais necessário para fazer avançar o mundo do que mudar mentalidades, mas, também, nada mais lento do que esta mudança. É preciso ir às origens, desde a primeira educação até aos estádios mais avançados de escolaridade e, diria mesmo, e na sequência da política europeia para a educação, é necessária uma Educação ao longo da vida.

No entanto, esta comissão liderada por Jacques Delors tem como objetivo o método de começar pela formação básica até chegar mais longe:

“É evidente, nem seria necessário recordá-lo, que a Comissão pensou, antes de mais, nas crianças e nos adolescentes, naqueles que amanhã receberão testemunho das mãos dos adultos, os quais tendem a concentrar-se demasiado sobre os seus próprios problemas. A educação é, também, um grito de amor à infância e juventude, que devemos acolher nas nossas sociedades, dando-lhes o espaço que lhes cabe no sistema educativo, sem dúvida, mas também na família, na comunidade de base, na nação. Este dever elementar deve ser constantemente recordado, para cada vez mais ser tido em conta, aquando das opções políticas, económicas e financeiras. Parafraçando o poeta, a criança é o futuro do homem”<sup>28</sup>.

Num século tão marcado por progressos económicos e científicos, por um avanço tecnológico sem medida, paradoxalmente, a Educação não revela grandes progressos, pelo menos, uma Educação Global de competências e de valores. De facto, se “educare” significa guiar ou orientar alguém a fazer caminho, estamos na era das competências cognitivas e de um sucesso educativo que não é mais do que atingir metas curriculares. O tesouro está na Educação e não, apenas, na instrução, e é esta educação para valores e cidadania que, embora inscrita, nos programas curriculares, com diferentes designações, não está a provocar competências afetivas e sociais proporcionais e à construção de um

---

<sup>27</sup> DELORS, Jacques (Dir.) – *Educação um Tesouro a Descobrir. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI*. Porto: Edições Asa, 1996, p. 256, ISBN 972-41-1775-8.

<sup>28</sup> *Idem, ibidem*, p. 11.

mundo melhor, mais humano e feliz. Estamos na era dos paradoxos, mas, estamos, também, na era da viragem e da proposta de que o sucesso educativo não pode ser medido por rankings, mas, por atitudes individuais e sociais. O sucesso educativo de educar para valores terá como meta uma sociedade de bons cidadãos e de pessoas felizes, uma educação para Ser, como relata o relatório da Comissão para o Século XXI, nos seus princípios fundamentais:

“A educação deve transmitir, de facto, de forma maciça e eficaz, cada vez mais saberes e saber-fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, pois são as bases das competências do futuro. Simultaneamente, compete-lhe encontrar e assinalar as referências que impeçam as pessoas de ficar submergidas nas ondas de informações, mais ou menos efêmeras, que invadem os espaços públicos e privados e as levem a orientar-se para projetos de desenvolvimento individuais e coletivos. À educação cabe fornecer, dalgum modo, a cartografia dum mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permita navegar através dele”.<sup>29</sup>

Os educadores, no verdadeiro sentido do termo, não são apenas depositários de matérias, mas são o porto de abrigo onde os alunos se orientam com a bússola recebida para chegar a bom porto. Os professores, neste sentido, são, também educadores, e os alunos, os agentes da sua própria aprendizagem experiencial. A Comissão Delors percebeu que este era o caminho e que não interessava uma grande e pesada bagagem, mas saber o que se leva de útil na mala de competências:

“Nesta visão prospetiva, uma resposta puramente quantitativa à necessidade insaciável de educação – uma bagagem escolar cada vez mais pesada – já não é possível nem mesmo adequada. Não basta, de facto, que cada um acumule no começo da vida uma determinada quantidade de conhecimentos de que possa abastecer-se indefinidamente. É, antes, necessário estar à altura de aproveitar e explorar, do começo ao fim da vida, todas as ocasiões de atualizar, aprofundar e enriquecer estes primeiros conhecimentos, e de se adaptar a um mundo em mudança”.<sup>30</sup>

### 5.1. Os quatro pilares da educação

A Comissão de Jacques Delors, na sequência desta nova dimensão da educação, organizou uma estrutura de aprendizagens fundamentais, que viriam a ser consagradas como “Os quatros pilares da educação”:

“A educação deve organizar-se à volta de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão dalgum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: *aprender a conhecer*, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; *aprender a fazer*, para poder agir sobre o meio envolvente; *aprender a viver juntos*, a fim de participar e cooperar com os outros

---

<sup>29</sup> *Idem, ibidem*, p. 77.

<sup>30</sup> *Idem, ibidem*.

em todas as atividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra os três precedentes. É claro que estas quatro vias do saber constituem apenas uma, dado que existem entre elas múltiplos pontos de contacto, de relacionamento e de permuta”.<sup>31</sup>

### 5.1.1. Aprender a conhecer

O problema fundamental é que, apesar de todos os esforços em sentido contrário, o ensino continua a orientar-se, essencialmente, e muitas vezes, exclusivamente, para o *aprender a conhecer*, seguindo-se do *aprender a fazer*, em muito menor escala. A Comissão o que pretende neste relatório é a Educação Global, em que cada um dos quatro pilares tem o mesmo valor, no sentido de uma educação harmoniosa e de um equilíbrio da pessoa humana. Os planos cognitivos e práticos devem ser complementados com uma literacia social de saber ser e conviver com os outros. É, por isso, indispensável, mudar a ideia de que a educação formal é mais importante do que a educação não formal. Os desafios deste século são de construir uma sociedade mais harmoniosa, em que o potencial criativo, de descoberta desse tesouro escondido em cada indivíduo, tivesse tempo e espaço para revelar-se. Torna-se, por isso, necessário, ultrapassar uma visão puramente instrumental da educação, como via obrigatória para saber e fazer, para reanimar e fortalecer a importância de Ser Pessoa e Conviver com os outros, num mundo aberto à tolerância, respeito e multiculturalismo.

Por outro lado, não basta *aprender a conhecer* de forma tradicional e enciclopédica, porque “este tipo de aprendizagem que visa, não tanto a aquisição dum reportório de saberes codificados, mas antes o domínio dos próprios instrumentos do conhecimento... porque se pretende que cada um aprenda a compreender o mundo que o rodeia, para viver dignamente, para desenvolver as suas capacidades profissionais, para comunicar”<sup>32</sup>. É preciso desenvolver neste conhecimento, o prazer de aprender, de descobrir, de interiorizar saberes: “deveria levar as pessoas a apreciar, cada vez mais, as alegrias do conhecimento e da investigação individual”<sup>33</sup>. Também porque a escolaridade está cada vez mais prolongada e a educação ao longo da vida, num processo de conhecimento inacabado, permite que não seja necessário conhecer tudo, ou, pelo menos, conhecer tudo ao mesmo tempo, porque é inútil e impossível. Por isso, é preciso uma Europa do Conhecimento que promova uma cultura geral, mas que incentive à especialização e interdisciplinaridade entre os investigadores dos vários saberes, num conhecimento em rede, como um mundo também globalizado e à escala interplanetária.

### 5.1.2. Aprender a fazer

Nesta Europa do conhecimento, o aprender a conhecer está ligado ao aprender a fazer, dado que cada vez mais evoluímos para um conhecimento técnico e uma formação

---

<sup>31</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>32</sup> *Idem, ibidem*, p. 78.

<sup>33</sup> *Idem, ibidem.*

profissional fundamental na nova era social, dominada pelas economias industriais. A substituição da mão-de-obra pelas máquinas, levou a um tempo em que o conhecimento tecnológico é fundamental e onde o trabalho humano é cada vez mais imaterial e cognitivo. Por isso, aprender a fazer já não significa o mesmo dos séculos passados em que se aprendia um ofício, a trabalhar com as mãos. As economias atuais desmaterializaram o trabalho, e o seu futuro está na capacidade de transformar o progresso dos seus conhecimentos em inovações geradoras de novas empresas e de novos tipos de trabalhos.

Atualmente, na Europa, *aprender a fazer*, não continua a ser preparar alguém para determinada tarefa material ou a produzir algo. Ao aumento de exigências em matéria de qualificação, estão ligadas outras competências como, por exemplo, formação técnica e profissional, comportamento social, aptidões para o trabalho em equipa e a capacidade de iniciativa e de gosto pelo risco.

### 5.1.3. Aprender a viver juntos, aprender a viver com os outros

Podemos considerar que este é o maior desafio da dimensão europeia da educação. Paradoxalmente, estamos na era das comunicações e cada vez há mais ruídos na comunicação entre pares, na sociabilidade e no saber viver com os outros. Os factos de que a comunicação não existe são evidentes, quer pela falta de entendimento entre os Estados, os povos e as regiões, mas, também, entre as pessoas entre si. Para além das guerras acesas, há conflitos ocultos, e, o objetivo essencial da Europa que foi preservar a paz é, o risco iminente do mesmo continente e do mundo em geral. A paz não é, apenas, a ausência de guerra; a paz está em risco, também, pela falta de capacidade de diálogo, de tolerância e de respeito entre os povos da Europa. O preâmbulo do Ato Constitutivo das Nações Unidas, lembrava que era no espírito dos homens que começava a guerra e que seria, também, no espírito dos homens que deveriam erguer-se os baluartes da paz.

Nesta Europa do Conhecimento, cada vez é mais necessário saber trabalhar em conjunto, e, cada vez mais nos voltamos para o individualismo que impede uma boa comunicação com os outros. O mundo é violento, mas as pessoas em si, cada uma, também são geradoras de conflitos e de violências. Que fazer então, para aprendermos a viver juntos, aprendermos a viver com os outros?

Para além de uma Educação para Valores, que aqui não cabe desenvolver, cabe à Escola educar estas competências sociais: ensinar a não-violência, lutar contra preconceitos geradores de conflitos, lutar contra a competição desenfreada, quer por resultados escolares, quer, ainda, por ser o melhor entre os pares, em qualquer área de atuação. Ao diploma de mérito académico, propomos a entrega de um mérito de bom cidadão e boa pessoa, também na Escola.

### 5.1.4. Aprender a Ser

De facto, a Escola não deve existir só para promover o sucesso educativo, medido por rankings e por mérito quantitativo, e, mesmo sendo importante estimular a aprendizagem

e um conhecimento cognitivo, é, também, essencial, que os professores participem na tarefa educativa, missão essencial da família, através de uma literacia social:

“A educação tem por missão, por um lado, transmitir conhecimentos sobre a diversidade da espécie humana e, por outro, levar as pessoas a tomar consciência das semelhanças e da interdependência entre todos os seres humanos do planeta.

Desde tenra idade a escola deve, pois, aproveitar todas as ocasiões para esta dupla Aprendizagem. (...) Passando a descoberta do outro, necessariamente, pela descoberta de si mesmo, e por dar à criança e ao adolescente uma visão ajustada do mundo, a educação, seja ela dada pela família, pela comunidade ou pela escola, deve antes de mais ajudá-los a descobrir-se a si mesmos. Só então poderão, verdadeiramente, pôr-se no lugar dos outros e compreender as suas reações.”<sup>34</sup>

Em conclusão, todos estes princípios enunciados, designados por pilares, pretendem ser a estrutura essencial para uma Educação Europeia. Nesta educação, o conhecimento deve estar aliado ao ser e ao saber estar, e, os métodos de ensino não devem ir contra este reconhecimento essencial do Ser com o Outro. Por outro lado, os professores não devem matar, por dogmatismo, a curiosidade ou o espírito crítico dos seus alunos, porque em vez de os desenvolverem no seu todo, estão a ser mais prejudiciais do que úteis na sua formação. Os professores devem lembrar-se de que são modelos e de que só pelo exemplo estão mesmo a educar e a formar as novas gerações. Numa Europa do Conhecimento, esta dimensão europeia da Educação apela à capacidade de abertura ao autoconhecimento, à descoberta, à alteridade e, sobretudo, a aprender o que ainda não se sabe.

Aprender a Ser é aprender a lutar contra a desumanização do mundo, quer na escola, quer na sociedade, quer, muito gravemente, nas famílias. A evolução do conhecimento e da técnica não pode ir em sentido contrário à humanização do mundo, porque seria uma perversão do sentido último da vida e do Ser Pessoa. É preciso preparar as crianças e os jovens para viverem em sociedade, tornando-os seres capazes de conhecer e viver no mundo que as rodeiam:

“Mais do que preparar as crianças para uma dada sociedade, o problema será, então, fornecer-lhes constantemente forças e referências intelectuais que lhes permitam conhecer o mundo que as rodeia e comportar-se nele como atores responsáveis e justos. Mais do que nunca, a educação parece ter, como papel essencial, conferir a todos os seres humanos a liberdade de pensamento, discernimento, sentimento e imaginação de que necessitam para desenvolver os seus talentos e permanecerem tanto quanto possível, donos do seu próprio destino.”<sup>35</sup>

A Educação do Futuro tem como objetivo o desenvolvimento integral dos alunos, em toda a sua riqueza e na complexidade dos seus desafios e dos seus compromissos. Desenrola-se desde o nascimento até à morte, e tem como meta primordial a realização completa do ser humano, desde o conhecimento de si próprio, dos outros e do mundo em que vive. Este mundo deve dar-lhe a capacidade de ser criador de sonhos e de se realizar como pessoa e como cidadão.

---

<sup>34</sup> *Idem, ibidem*, p. 84.

<sup>35</sup> *Idem, ibidem*, p. 86.

## 6. A Dimensão Europeia da Educação

A atualidade política da Europa atual, na linha do enunciado no tratado da União Europeia, reconhece a necessidade de envolvimento mais estreito dos cidadãos europeus no projeto de construção europeia. Embora a dimensão da cidadania europeia esteja inscrita, há mais de vinte anos, no Tratado de Maastricht (1992)<sup>36</sup>, onde pode ler-se: “É instituída a Cidadania da União” e, a seguir, “É cidadão da União qualquer pessoa que tenha a nacionalidade de um Estado-membro”<sup>37</sup>, na realidade trata-se de um mecanismo formal de afirmação de um direito não assumido e, por isso, não vivido pelos cidadãos dos seus estados membros. Por isso, a dimensão europeia da educação passa pela inclusão da Cidadania na Educação, muito concretamente nos currícula das escolas, quer numa dimensão formal disciplinar, quer por uma educação não formal e transversal a todo o currículo.

Esta educação para uma cidadania europeia está integrada, antes de mais, numa cidadania como uma formação para uma literacia social e urgência de educação para Valores. Os valores europeus inscrevem-se, assim, num conjunto de competências cívicas mais alargadas que levarão, igualmente, a uma cidadania também europeia, ou seja, à apetência social para intervir numa comunidade alargada de cidadãos europeus, unidos por um projeto comum.

É por isso, fundamental que a Escola seja o Alicerce de uma Cidadania Ativa, primeiro desenvolvendo competências necessárias numa integração social e política das novas gerações. Esta Europa do conhecimento não se dedica, exclusivamente, ao desenvolvimento cognitivo, técnico e tecnológico, embora esta Europa esteja cada vez mais desenvolvida, com todos os benefícios do desenvolvimento destas áreas da Educação. No entanto, para além da visibilidade destes conhecimentos, cada vez mais avançados e sofisticados, a Europa do Conhecimento é um espaço de pessoas que não vivem de saber ler, escrever ou contar; de saber fazer, de uma tecnologia cada vez mais avançada, de um conhecimento em rede. É preciso a Escola educar também para os valores de cidadania, de saber viver e conviver com os outros, de formação de competências de base, como saber respeitar o outro, o diferente, de cultura e de sociedade, de tolerância, de paz.

Nesta tarefa, os educadores têm um papel fundamental de, juntamente com a família, colaborarem para um mundo mais pacífico, tolerante e melhor, porque as novas gerações, levarão na sua bagagem, conhecimentos fundamentais, mas, também, valores de cidadania. A família continua a ser o centro desta aprendizagem para saber viver na “cidade”, porque é nela que se desenrolam as primeiras experiências de cidadania, de descoberta do mundo: exterior e físico, social, inter-relacional, ou no mundo subjetivo de autoconhecimento. É o processo mais célere para chegar ao conhecimento do mundo. A Escola é o caminho para a autonomia individual, uma cooperação social e uma participação pública como resultados práticos de uma cidadania ativa. Ambas são os agentes de transformação social de fomento da participação pública.

---

<sup>36</sup> Em 1992, o Tratado de Maastricht estabeleceu a cidadania da União. Está incluída na Parte II (artigos 17.º a 22.º) do Tratado que institui a Comunidade Europeia.

<sup>37</sup> *Tratado de Maastricht*, Parte II, art.º 8.º.

A Escola, para além dos saberes, tem como missão estimular a participação democrática dos alunos, enquanto elementos ativos, numa comunidade escolar. Educar é, também, educar para a democracia, cabendo ao professor o papel decisivo no desenvolvimento social e na consciencialização de competências cívicas: participação na vida ativa, nas dimensões sociais, económicas e culturais. Cada geração deve ser educada para ser um verdadeiro cidadão, responsável e participativo na vida social. A cidadania responsável é muito mais integradora de competências sociais do que uma mera “educação cívica”. Não seria importante definir o conceito de “cidadania responsável” antes de avançar para uma educação mais alargada?

O processo de construção representativa do aluno inclui a competência de participação cívica de envolvimento numa democracia representativa. É aqui que chegamos ao cerne da questão: a educação deve promover o envolvimento das sucessivas gerações na sociedade em geral, e, muito particularmente, na cidadania europeia. Isto significa que cada cidadão é educado para aprender a participar e não apenas a fazer representar-se. Em conclusão, a Escola é o alicerce da Cidadania Europeia Ativa, porque promove, os fundamentos de uma verdadeira participação na comunidade. É destas práticas de cidadania na escola que se geram práticas de cidadania nacional e europeia. Como salienta Claudine Leuleux:

“Participar significa desenvolver competências na escola de escuta e de diálogo; desenvolver a capacidade de julgar, escolher, decidir e responder aos próprios julgamentos e ações; desenvolver competências de expressão de opinião e de argumentação, para convencer os outros; reconhecer os processos democráticos, destacando os que podem ser alvo de alterações; redescobrir as motivações e a legitimidade do interdito (o que é defendido e discutido pelos autores das leis), para que se utilizem, criticamente, instrumentos de reformulação de regras ou leis; aprender a delegar e a representar”.<sup>38</sup>

## 6.1. Como aprender a participar?

A Escola é o espaço por excelência para fomentar as capacidades de participação democrática de educação para uma cidadania ativa. Para além do já referido atrás, de desenvolvimento de competências sociais fundamentais, é através do debate de questões de cidadania, que se pode interiorizar valores de participação democrática. Célestin Freinet, refere a forma de debate cooperativo, enquanto instrumento didático:

“Não é apenas uma reflexão a partir da qual se constroem as bases de uma cooperativa, as regras de convivência e a gestão de conflitos: é preciso um espaço global de regulamentação de aprendizagens, discussão e avaliação de diferentes projetos, onde se reconhecem as dificuldades e se procuram soluções em comum (...). O aluno

---

<sup>38</sup> LELEUX, Claudine – *Educar para a Cidadania*. Porto. Gailivro, 2006, 254 p., ISBN 989-557-291-3.

adquire um estatuto interventivo, ao estar consciente dos seus direitos e deveres face a uma dinâmica escolar, preparando-o para o exercício da cidadania”.<sup>39</sup>

O Debate participativo ou o debate de cooperação é uma estratégia dinâmica e prática para promover uma cidadania ativa. O objetivo não é promover simples diálogos, mas criar um espaço de gestão de opiniões, onde os alunos aprendem a analisar, organizar, prever, decidir e solucionar. Cada um deles desempenha um papel único e insubstituível, resultando num equilíbrio de todas as partes envolvidas e numa gestão organizacional em que as partes contribuem para a riqueza do todo. Constrói-se, assim, um espaço para a aprendizagem da cidadania, onde os direitos coletivos se harmonizam com os direitos individuais; um espaço onde se educa para a consciencialização de responsabilidades, a qual é interiorizada numa experiência experiencial e passa, naturalmente, do espaço da Escola para a Sociedade.

É também na escola que se promove a reflexão sobre os acontecimentos do dia, na sala de aula e no meio social, para fomentar uma cultura de convivência social que seja preventiva de conflitos e promotora da paz.

Para além de toda esta dimensão europeia na Escola, as novas gerações são, também uma geração Erasmus, a experiência mais bem-sucedida dos últimos trinta anos e onde, para além do conhecimento, há uma convivência internacional, com jovens com outras culturas, mentalidades e experiências. É neste espaço Erasmus, primeiro uma oportunidade de aprendizagens em Universidades diferentes, mas, também uma oportunidade única de conviver e viver uma experiência de verdadeira cidadania europeia. Erasmus é, também, um espaço onde a Europa de Conhecimento se transforma numa Europa de humanismo e sociabilidade<sup>40</sup>.

## 6.2. Educar para uma Cidadania Europeia

Apesar das tentativas forçadas de incluir na construção europeia uma cidadania europeia, esta Cidadania inscrita nos tratados e objeto dos mais eloquentes discursos dos políticos, não é vivida como uma cidadania ativa, objetivo essencial para lhe dar a necessária visibilidade. Por isso, à questão:

“Tu és um cidadão português, um cidadão europeu ou os dois?”, até os mais jovens respondem: “Eu sinto-me mais português, também sou dinamarquês, não é? Mas sinto-me português e dinamarquês, não me sinto...assim europeu...quer dizer, claro que me sinto mais europeu do que africano! Mas não me sinto propriamente um cidadão europeu”<sup>41</sup>.

Vitória Cardona na sua premiada obra intitulada, *Educar para a Cidadania Europeia. Realidade, Desafio ou Utopia?* para além da questão anterior, faz ainda outra de diagnóstico

<sup>39</sup> *Idem, ibidem*, p. 214.

<sup>40</sup> Cfr. Alice Cunha e Yvette Santos, Erasmus’ 30. A História do programa e a participação dos estudantes portugueses, Lisboa, Comissão Europeia, 119 p. ISBN-978-989-99720-8-7.

<sup>41</sup> Excertos de entrevistas realizadas a alunos do 9.º Ano, no âmbito do trabalho de Vitória Cardona, *Educar para a Cidadania Europeia, Realidade, Desafio ou Utopia*, Lisboa, Príncípa Editora, 2007, p. 9.

sobre a vontade de conhecimento, por parte dos jovens, sobre a União Europeia: “Gostarias de aprender e perceber melhor o que é a União Europeia ou...isso é-te indiferente?”<sup>42</sup> E a resposta é muito positiva de que vale a pena dar a conhecer a Europa: “Não, não é indiferente. Gostava mesmo de perceber até ao máximo que podia. Porque, afinal, fazemos todos parte da União Europeia e...pronto! É uma falta de integridade uma pessoa não querer saber para o que serve a União Europeia, já que lá está a viver!”<sup>43</sup>.

Embora num primeiro momento da construção europeia, esta dimensão europeia, não estivesse em primeiro plano, monopolizada pela urgência de reconstrução económica e de manutenção da paz, foram as próprias instâncias comunitárias a reconhecerem a sua necessidade e a implementar programas para a Cultura e Educação na Europa. Primeiro, sobre a forma de recomendações, diretivas, pareceres e resoluções, e aplicando o princípio da subsidiariedade, levou a que fossem os Estados-Membros a fazerem a sua interpretação e a terem as iniciativas na vontade do seu cumprimento.

A insuficiência daquele tipo de atuação nos domínios da educação, da cultura e da formação, foi reconhecida pelo Conselho Europeu de Lisboa, em 2000, tendo como meta a consolidação de uma efetiva cidadania europeia. Foi então que se iniciou uma nova fase de desenvolvimento da educação em contexto europeu. E foram muitos os apelos à construção de uma verdadeira dimensão europeia da educação e à criação de um espaço europeu de educação, conciliando a educação com a cidadania e a dimensão europeia de ambas. Ficou provado que a partilha de objetivos comuns pelos vários Estados-Membros e a conciliação de esforços, seria um enriquecimento para todos e, simultaneamente, a oportunidade de vir a ter a sonhada cidadania europeia e os verdadeiros cidadãos europeus.

A educação para a cidadania engloba um conjunto amplo de competências sociais, a saber: a educação para os direitos humanos, a formação pessoal e social, a educação para valores morais, a educação cívica, a educação para valores democráticos. Supõe o desenvolvimento de um conjunto de capacidades interventivas que contribuam para o bem-estar individual e social, tanto a nível nacional como a nível europeu. A construção de uma cidadania europeia pela educação é hoje o maior desafio da União Europeia ao nível de uma Europa do Conhecimento. É o processo para revitalizar o projeto europeu e para encontrar nos europeus o futuro para a União Europeia. Esta cidadania é um processo que permite a vivência equilibrada da democracia, e uma sociedade democrática, é o princípio e o fim deste processo de construção europeia. É também a forma de os cidadãos europeus assumirem o presente e o futuro da Europa.

## Considerações Finais

A Educação para a Cidadania é o grande desafio no atual currículo, porque embora já fosse pensada desde a Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pela Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, tendo como espírito a formação integral dos alunos e futuros cidadãos,

---

<sup>42</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>43</sup> *Idem, ibidem.*

nunca tinha sido, como agora, estruturada e implementada como obrigatória, transdisciplinar e para todos os anos e ciclos de escolaridade. O que está em causa, é o sucesso educativo de um perfil de aluno no final da escolaridade que seja o futuro bom cidadão, com competências cognitivas, afetivas e sociais. Esta dimensão da Educação para a Cidadania é tão mais necessária e urgente, quanto a sociedade enfrenta atualmente novos desafios, decorrentes de uma globalização e desenvolvimento tecnológico em aceleração, tendo a escola de preparar os alunos, que serão jovens e adultos em 2030, para empregos ainda não criados, para tecnologias ainda não inventadas, para a resolução de problemas que ainda se desconhecem. Nesta incerteza quanto ao futuro, onde se vislumbra uma miríade de novas oportunidades para o desenvolvimento humano, é necessário desenvolver nos alunos competências que lhes permitam questionar os saberes estabelecidos, integrar conhecimentos emergentes, comunicar eficientemente e resolver problemas complexos.

Perante tais desafios, a Escola não pode, apenas, preparar os alunos para a sociedade atual, mas, também, para mudanças vertiginosas que o tornem capaz de responder com uma também capacidade de adaptação aos novos desafios e uma rápida resposta aos mesmos. É para estes desafios que o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, estabelece a matriz de princípios, valores e áreas de competências a que deve obedecer o desenvolvimento do currículo. Uma escola inclusiva, promotora de melhores aprendizagens para todos os alunos e a operacionalização do perfil de competências que se pretende que os mesmos desenvolvam, para o exercício de uma cidadania ativa e informada ao longo da vida, implicam que seja dada às escolas autonomia para um desenvolvimento curricular adequado a contextos específicos e às necessidades dos seus alunos. A realização de aprendizagens significativas e o desenvolvimento de competências mais complexas pressupõem tempo para a consolidação e uma gestão integrada do conhecimento, valorizando os saberes disciplinares, mas também o trabalho interdisciplinar, a diversificação de procedimentos e instrumentos de avaliação, a promoção de capacidades de pesquisa, relação, análise, o domínio de técnicas de exposição e argumentação, a capacidade de trabalhar cooperativamente e com autonomia. São estes os desafios da Cidadania no Currículo Escolar do Século XXI e a resposta para a Escola e a Sociedade do futuro. A Dimensão Europeia da Educação pretende ser um processo contínuo de Educação para a Cidadania durante toda a escolaridade obrigatória, desde o Pré-escolar ao Ensino Secundário, sendo a Escola o alicerce para uma Cidadania Europeia Ativa na Sociedade. Tem objetivo mostrar a necessidade de educar para uma cidadania europeia, para que os direitos de cidadania introduzidos no *Tratado de Maastricht* sejam efetivamente conhecidos e vividos pelos cidadãos da Europa. Esta realidade transformaria a cidadania formal numa cidadania ativa e os cidadãos da Europa em verdadeiros cidadãos europeus.

Esta cidadania europeia surge como uma força legitimadora de um projeto europeu alicerçado na paz e na democracia. Sobretudo para evitar novos conflitos de nações de um continente convalescente de dois conflitos à escala mundial. Esta cidadania é gerada para evitar conflitos transnacionais decorrentes da emergência de cidadãos de identidades de todos os estados membros da União Europeia. É um conceito complementar às cidadanias nacionais e que combate as naturais tendências nacionalistas. No entanto, é tão frágil quanto o próprio projeto europeu, tão inacabado como esta Europa, e,

por isso, o Referencial da Dimensão Europeia da Educação (Março de 2016)<sup>44</sup> pretende ser um instrumento gerador desta Cidadania.

A Dimensão Europeia da Educação possibilita às crianças e aos jovens não só a aprendizagem de um conjunto de conteúdos associados às temáticas da construção e da identidade europeia, no contexto de uma formação para a cidadania global, como o desenvolvimento de atitudes e valores que levarão à tomada de consciência da riqueza e da diversidade cultural da Europa. Para isso, muito enriquece a vivência de diversos quotidianos em países europeus, reconhecendo também as identidades locais e regionais, e as relações de amizade que os intercâmbios e projetos europeus, contribuem decisivamente para o conhecimento e para a valorização das múltiplas identidades europeias, de instituições e de modos de vida dos cidadãos europeus, reforçando o sentido de pertença e identidade, ao nível regional, nacional, europeu e universal.

É fundamental promover o conhecimento e a participação informada dos cidadãos no processo de construção da União Europeia (UE), sendo um imperativo consignado no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (2007), com o objetivo de “estabelecer uma união cada vez mais estreita entre os povos da Europa”. Este objetivo passa por uma séria aposta na formação das crianças e dos jovens, inserindo uma dimensão europeia no seu percurso de aprendizagem, de modo a proporcionar o desenvolvimento de conhecimentos e atitudes que lhes permitam fazer face aos desafios da sociedade moderna, tanto no contexto europeu como no contexto de um mundo globalizado.

## Bibliografia

- CABANAS, José Maria Quintana – *Pedagogia Axiológica*. Madrid: DYKINSON, 1998.
- CABANAS, José Maria Quintana – *Bases Para Una Pedagogia Humanista*. Madrid: PPU, 2006.
- CALDAS, Alexandre Castro – *Uma visita politicamente incorreta ao cérebro humano*. Guerra e Paz Editores, S.A.: Lisboa, 2013.
- CARVALHO, Lourenço Xavier de (coord.) – *A Urgência de Educar para Valores: um contributo para a Literacia Social*. iLIDH, 2010.
- Decreto Lei n.º 55/2018 de 6 de julho. Diário da República, 1.ª série – N.º 129 – 6 de julho de 2018.
- Direção-Geral da Educação – *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*, [https://dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos\\_Curriculares/Aprendizagens\\_Essenciais/estrategia\\_cidadania\\_original.pdf](https://dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos_Curriculares/Aprendizagens_Essenciais/estrategia_cidadania_original.pdf), 2017.
- Direção-Geral da Educação, de Educação para a Cidadania – *Linhas Orientadoras*: <https://www.dge.mec.pt/educacao-para-cidadania-linhas-orientadoras>, 2013.
- KELLY, Eugene – *Material Ethics Of Value: Max Scheler And Nicolai Hartmann*. Netherlands: Springer Editor, 2011.
- LELEUX, Claudine – *Educar para a cidadania*. V.N.Gaia: Gailivro, 2006.

---

<sup>44</sup> SANTOS, Luís Filipe; PEDROSO, José Vítor (Coord.) – *Referencial Dimensão Europeia da Educação para a Educação Pré-escolar, o Ensino Básico e o Ensino Secundário*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência, 2015.

- LIPOVETSKY, G. – *A Era do Vazio*. Lisboa: Relógio d'Água, 1998.
- MORIN, Edgar – *Os Sete Saberes para a Educação do Futuro*. Instituto Piaget, 2002.
- REIMÃO, Cassiano – “A cooperação entre a escola e a família – uma exigência da modernidade”, in CUNHA, Pedro d'Orey da – *Educação em Debate*. Universidade Católica Editora: Lisboa, 1997.
- RENAUD, Michel – “Os valores num mundo em mutação”. *Brotéria – cultura e informação*. 139, 1994.
- RIBEIRO, Maria do Céu – *Ver e Viver a Indisciplina na sala de aula*. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, 2010.
- ROJAS, Enrique – *A conquista da vontade – como conseguir o que projectamos*. Gráfica de Coimbra: Coimbra, 2005.
- ROJAS, Enrique – *As linguagens do desejo – chaves para nos orientarmos no labirinto das paixões*. Gráfica de Coimbra: Coimbra, 2005.
- ROJAS, Enrique – *O Homem Ligth*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2003.
- SANTOS, Luís Filipe; PEDROSO, José Vítor (Coord.) – *Referencial Dimensão Europeia da Educação para a Educação Pré-escolar, o Ensino Básico e o Ensino Secundário*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência, 2015.
- VIDAL, Marciano – *Orientaciones Éticas Para Tiempos Inciertos*. Bilbao: Desclee DE Brouwer, 2007.
- WITTRICK, Merlin C.; MAYER, Richard E.; AIRASIAN, Peter W.; RATHS, James; ANDERSON, Lorin W.; KRATHWOHL, David R.; CRUIKSHANK, Kathleen A.; PINTRICH, Paul R. – *A Taxonomy For Learning, Teaching, And Assessing: Pearson New International Edition. A Revision Of Bloom'S Taxonomy Of Educational Objectives*. Abridged Edition, US: Pearson Education Limited, 2013.